

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.537 - PB (2019/0134432-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO : JOSEMAR LAURIANO PEREIRA E OUTRO(S) - RJ132101
AGRAVADO : TERESINHA GONCALVES CUNHA
ADVOGADOS : GILMARA FERNANDES MACHADO HEIL E OUTRO(S) - SC013080
CARLOS ROBERTO SCÓZ JUNIOR - PB023456A

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por **FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL** contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**, assim resumido:

Processual Civil. Agravo interno interposto contra decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em razão ilegitimidade do Federal Seguros S/A para recorrer de decisão que negou pedido da Caixa Econômica Federal para compor a lide que busca a cobertura securitária de vícios de construção em imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação.

As razões do presente recurso estão em dissonância com o teor do decisório, o qual não apreciou o mérito da questão.

A negativa de seguimento do agravo de instrumento tem fundamento processual, no sentido de que a Caixa Econômica Federal é a única legitimada a recorrer de decisão que indefere seu pedido de ingressar na lide.

Precedente: AGTR 145069-RN, des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, julgado em 26 de setembro de 2017.

No que tange ao pleito para que a União também integre o feito, a matéria não foi tratada na decisão agravada. O recurso de agravo de instrumento devolve ao Tribunal apenas o conteúdo da decisão, de forma que não é possível a apreciação do pedido por esta Corte.

Agravo interno improvido.

Alega a recorrente, pela alínea *a* do permissivo constitucional, violação do art. 1º das Leis n. 12.409/2011 e 13.000/2014 e da Resolução n. 364/2014 do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, aduzindo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o processo em face da

legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal no caso, trazendo os seguintes argumentos:

Eméritos Ministros, resta evidente que, para não reconhecer a legitimidade passiva da CEF e a competência da justiça Federal, o tribunal *a quo* adotou a conclusão, ainda não transitada em julgado, da Segunda Seção do STJ, EDcl nos EDcl no REsp 1091393/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, segunda SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, Dje 14/12/2012.

Entretanto, o acórdão merece três observações:

I. A Segunda Seção não examinou o tema à luz da legislação superveniente: Medida Provisória 633, de 26.12.13, convertida na Lei 13.000, de 18.06.14, e regulamentada pela Resolução CCFCVS nº 364, de 28.03.14;

II. O exame dos fatos antes mencionados deve ocorrer caso a caso, à luz dos fatos específicos de cada um;

Insta salientar que de acordo com o texto da nova Lei 13.000/2014, houve alteração na redação do art. 1º, § 1º da Lei Federal 12.409/2011, o qual fora imposto à Caixa Econômica Federal a pronta manifestação de interesse em 100% dos processos, de modo a legitimá-la como litisconsorte necessária à defesa do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e de suas subcontas [...]

O dispositivo em referência, de aplicação imediata a todos os casos pendentes de decisão definitiva (art. 6º, do Decreto-Lei nº 4.657/1942), dispõe competir à Caixa Econômica Federal a representação judicial e extrajudicial dos interesses do FCVS, estabelecendo, ainda, que aquele ente público federal deverá ser intimado para intervir em todas as ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas, como ocorre no caso dos autos.

Ademais, diante da recém-editada Lei, resultado da conversão da MP nº 633/2013, torna-se desnecessário comprovar afetação das reservas do FESA/FCVS, (como se vem exigindo indevidamente a partir do voto da ministra Nancy Andrighi nos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.091.363), assim como afasta qualquer dúvida sobre o interesse da CEF nos processos judiciais em curso que envolvam o SH/SFH de forma geral, independentemente da data em que o contrato de mútuo foi celebrado, já que a limitação atribuída à entrada em vigor da lei 7.682/88, esta apenas atribuiu ao FCVS a cobertura do SFH, em substituição ao BNH, de modo que o SFH já existia desde a Lei 4.380/64, ou seja, em 1988 o FCVS passou a cobrir todos os contratos do Ramo 66, incluindo os firmados entre 1964 a 1988, de modo permanente e em nível nacional, o que foi novamente corroborado com a resolução nº 364 do CCFCVS (fls. 587/588).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

O ponto central da questão se situa na pretensão de que a Caixa Econômica Federal figure no polo passivo da demanda, na qualidade de

litisconsorte passivo na demanda originária e, em consequência, o trâmite do feito na Justiça Federal.

Da leitura do decisório, verifico que a Caixa Econômica Federal manifestou o interesse de integrar a lide na qualidade de assistente simples da seguradora.

Entretanto, não logrou êxito em preencher os requisitos, nos termos do julgado do Superior Tribunal de Justiça, no que tange ao período em que foram firmados os contratos, motivando, portanto, o indeferimento de seu pedido.

Antes de adentrar ao mérito da questão, **há empeco processual no conhecimento do recurso, pois o decisório atacada indeferiu pleito da Caixa Econômica Federal, sendo ela a única legitimada a recorrer da decisão** (fls. 508/509 - grifos acrescidos).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 15/3/2019.

Adiante, com relação à apontada ofensa à Lei n. 13.000/2014, incide o óbice da Súmula n. 284/STF uma vez que há indicação genérica de violação de lei federal sem particularizar quais dispositivos teriam sido violados, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Nos termos da jurisprudência desta Corte, a alegação genérica de violação da lei federal, sem indicar, de forma precisa, o artigo, parágrafo ou

alínea da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, demonstra a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional, conforme os termos da Súmula n. 284 do STF” (AgInt no REsp n. 1.475.626/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 4/12/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 546.951/MT, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 22/9/2015; AgRg no AREsp n. 605.423/SC, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 1/10/2015; e REsp n. 1.304.871/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1/7/2015.

Ademais, quanto à alegação de violação da Resolução n. 364/2014, do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, não é cabível o recurso especial porque fundado na violação de dispositivos contidos em resolução. Com efeito, esse ato normativo não está compreendido no conceito de lei federal.

Nesse sentido: “Esta Corte Superior já consolidou o entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de resolução” (AgInt no AREsp 1090897/GO, relator Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 24/10/2017, DJe de 6/11/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1187969/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 17/4/2018, DJe de 23/4/2018; AgInt no REsp 1679808/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 6/3/2018, DJe de 16/3/2018; e REsp 1628974/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13/6/2017, DJe de 25/8/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

